

História como totalidade social

LINCOLN DE ABREU PENNA
Professor de História da PUC e USU

A historiografia contemporânea registra importantes progressos no campo da pesquisa histórica. O grande impulso conhecido pela história no século XIX, libertou-a da incômoda situação que lhe destinara as filosofias da história. Este salto qualitativo observado, sobretudo no último quartel do século XIX, foi possível graças a extraordinária explosão dos movimentos sociais que impuseram um novo ritmo à sociedade européia e **pour cause** às demais sociedades que com a Europa mantinham alguma forma de vínculo.

A questão social torna-se um fenômeno e como tal passa a merecer a atenção dos estudiosos da natureza humana. É a época que assinala a arrancada das ciências sociais. As implicações que fenômenos dessa natureza proporcionam, conduzem esses estudiosos mais obstinados a recorrerem a história, com a finalidade de explicá-los em sua gênese para melhor interpretarem a essência dessas manifestações.

A pesquisa histórica se abre em leque e congrega uma legião até então pouco familiarizada com o conhecimento histórico, preso este, ainda, a rígidos rituais factológicos ou empíricos que consagravam a memória institucional. Tratava-se das histórias políticas, o modo pelo qual as burguesias em ascensão explicavam a história à sua maneira. Mas, o espírito crítico que permitira a burguesia uma formidável criatividade, responsável pela liquidação de um saber que se definhara como consequência da própria estrutura feudal em agonia, passara a constituir uma ameaça à essa mesma burguesia. Rebuscar nos fatos, então dispostos harmoniosamente, uma nova interpretação, implicava em negar não apenas a versão que deles era feita oficialmente. O problema não se limitava a isso. O leque que se abria incorpora novas concepções e ganha força a idéia de que os procedimentos técnicos não são suficientes para assegurarem a história o rigor científico apregoado. Isto é, o método histórico

só se legitima quando fundado numa teoria. Não existindo uma teoria aplicada à história não pode haver um princípio metodológico absolutamente modelar.

É bem verdade que a despeito da existência, nessa ocasião, dessas idéias, o pensamento histórico ainda permanecerá, em geral, fiel às teses que eram oriundas particularmente do positivismo dominante no seio das ciências sociais, e que sustenta o primado da objetividade histórica. A objetividade sendo o princípio científico, a história para ser ciência tinha que ser objetiva, isto porque se opunham as ciências da natureza à ciência da história. Falsa oposição que o positivismo não percebia. Sendo a objetividade o qualificativo da ciência, então a história tinha que se pautar no irrestrito cumprimento dessa lei aplicada ao conhecimento científico. O fato histórico teria que ser tratado com imparcialidade pelo historiador. O princípio da não interferência em relação ao observado asseguraria a validade de uma obra histórica.

O tempo foi, contudo, demolindo essas premissas e hoje os cientistas naturais admitem que com o experimento, que verifica processos naturais sob condições prescritas, e com o observador, que ao observar o experimento se torna uma de suas condições, introduz-se um fator “subjeto” nos processos “objetivos” da natureza.¹ A rigor, e definitivamente, a ciência só responde o que é formulado pelo homem. Sem a intermediação humana, e aí já se configura a subjetividade, não há o fato ou o experimento, nem a ciência ou o conhecimento verdadeiramente científico. “A verdadeira diferença não se dá entre a historiografia e a ciência física a física é um corpo de leis e a história um corpo de fatos. A física não é um corpo de fatos físicos narrados e explicados, mas um **corpo** de leis que servirão para explicar esses fatos . . .”²

Contudo, essa questão não foi e não tem sido tão facilmente equacionada a partir das argumentações que constantemente a ela são dirigidas. O aparelho que moldou esse saber baseado na inquestionabilidade da ciência tem resistido a toda sorte de formulações críticas, embora na atualidade tem se revelado mais frágil em sua sustentação. O importante, por ora, é constatar que os primeiros assaltos a ele dirigidos partiu de um momento histórico rico e responsável, por isso mesmo, pelo aparecimento de um novo discurso histórico.

Este processo de renovação que sacudiu os trabalhos de criação na história e que atingiu também, é evidente, as outras áreas de conhecimento, só pode ser observado mais recentemente. Isso se deve a natureza mesma do conhecimento histórico. Na realidade, “(A) história não é outra coisa senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que são transmitidas pelas gerações precedentes; em vista disso cada geração continua, pois, de uma parte o modo de atividade que lhe é transmitido (. . .) e doutra parte modifica as antigas circunstâncias ao se dedicar a uma atividade radicalmente diferente.”³

Poder-se-ia dizer que tal assertiva pode ser aplicada a todos os conhecimentos humanos, uma vez que todos estão submetidos as leis do desenvolvimento social. Todavia, a idéia que se pretende expor aqui é a de que a história ao registrar esse progresso verificado em todos os setores das práticas sociais não apenas se renova, enquanto conhecimento, como cria as condições para a renovação das outras áreas de saber. A história encarrega-se, assim, de sistema-

tizar as conquistas científicas e impor as novas exigências sociais. No primeiro caso, enquanto área de saber, e como processo real, no segundo, ao abrigar em seu seio as próprias ações humanas.

A história aponta, como teoria das práticas sociais e como prática das teorias sociais, os caminhos que devem ser trilhados, ao fundar as bases sólidas de uma consciência social. Toda pesquisa, dessa forma, é uma pesquisa social e se desenvolve em um meio social que a inspira e lhe dá sentido. Para Gramsci, “o principal fator da história não são os fatos econômicos brutos, mas o homem, as sociedades de homens, homens que se unem entre si, que (...) desenvolvem através de seus contatos uma vontade social coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adaptam à sua vontade até que esta vontade se torne a força motora da economia, a formadora da realidade objetiva. . .”⁴

Não se pretende com isso clamar em nome de um historicismo pueril. O que se deseja é chamar atenção para o fato da história ter-se dado conta de que sua existência é uma existência social. Ela pertence ao patrimônio da humanidade. E exame da totalidade dos fatos sobrepõe-se a simples justaposição desses fatos e a sua arrumação pretensamente criteriosa. Em consequência, as histórias sociais ocupam o lugar das histórias políticas. E mais do que isso, surge uma nova história social, sem fronteiras, aberta a compreensão do homem⁵. O importante é deixar claro que essa mudança de perspectiva não dependeu da vontade ou da maior perspicácia de alguns historiadores. O que importa destacar é que o peso das novas forças sociais dirige esse novo curso conhecido pelo processo histórico.

Portanto, há que considerar dois níveis, hoje em dia, para o diagnóstico da problemática da história. São eles, o nível que se pode denominar de mental, e o nível ideológico. Ambos, tornaram-se possíveis graças a extensão e o fascínio despertado pelo problema social que tomou conta da história e passou a influir decisivamente na maneira de pensar dos homens de saber de nossa contemporaneidade.

A historiografia francesa contemporânea, em particular, tem insistido na adoção de uma nova área do conhecimento histórico, a que denominam de história das mentalidades⁶. Em geral seus trabalhos caracterizam-se pela absorção de novos elementos indispensáveis para o estudo dos fatos sociais. É uma nova história social que contudo não se limita a destacar o social. Ou, por outra, destacam o social em sua real dimensão. É uma história social que busca apreender a natureza de uma totalidade social. Seu objetivo seria, então, o coletivo, para Labrousse, que acrescenta, “(A) mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo.”⁷

Segundo os adeptos dessa corrente, a história das mentalidades proporcionaria a base necessária à compreensão das idéias. A produção de idéias, numa sociedade qualquer, resulta da realidade material, não sendo o fruto de elaborações aleatórias, como se sabe. É o mundo real que condiciona o pensamento. No dizer de Lévi-Strauss⁸, é a **bricolage intelectual** o fator sobre o qual repousam os elementos com os quais se trabalha o conhecimento. O trabalho histórico se estrutura a partir dessa evidência, uma investigação arqueol-

lógica que propicia as condições para a produção de um ideário cultural e científico.

Em Lucien Febvre⁹, a expressão **ouillage mental** serve para designar justamente as pré-condições para inventariar-se um meio social sobre o qual organiza-se um conjunto mental. O espaço e sua natureza, o tempo e sua dimensão dinâmica, o vocabulário e seus lugares comuns. . . conjugando-se a esses elementos, o historiador das mentalidades estaria em condições de compor o seu objeto de pesquisa, o quadro mental.

O valor desses trabalhos é inquestionável. Negar-lhe validade para o esforço que tem sido empreendido na direção de uma revisão historiográfica, é opor resistências ao próprio conhecimento histórico. É provável que encontremos na história das mentalidades a vocação essencial da história em seus momentos de maior expressividade. Entre os gregos, o vocábulo já encerra a noção de pesquisa, de uma busca profunda que encontre no homem sua razão de ser. O registro das façanhas humanas em sua descrição adjetiva pressupunha encontrar na ação do homem as razões que levaram-no a “criar” o acontecimento. O caráter narrativo, episódico e heróico pode ser atribuído as condições de produção do saber àquela época.

Se a percepção da “trama” histórica era obstaculizada pelos modos de organização da sociedade, essa capacidade torna-se cada vez mais ampliada à medida em que novos modos de organização social entram em cena. E, com isso, a história dimensiona-se com a apreensão do processo histórico por novas forças sociais à serviço da melhor compreensão dos fatos.

O tempo histórico¹⁰ se conjuga em ritmos diferenciados de acordo com o fator cultural produzido por cada conjunto mental. Mas, independentemente disso as mutações no interior das sociedades também obedecem variações temporais. “O social, diz Labrousse, é mais lento que o econômico e o mental mais ainda que o social.”¹¹ É o tempo em sua tecitura desigual cujas manifestações que abriga desfilam em compasso alternados, em conjunturas próprias, porém presas à um universo mental. E só as transformações em profundidade no quadro social provocam modificações nesse último, ou seja na mentalidade. Dai ser ela mais duradoura.

Entender a maneira como se processa o entrelaçar desses níveis, responsáveis pelas continuidades e descontinuidades, eis a preocupação central dessa história das mentalidades. Nada pode ser abandonado sob pena de se comprometer o exame da totalidade social. É o não-factual que ingressa no terreno das preocupações do historiador.

“A história — diz Paul Veyne — é feita da mesma substância que a vida de cada um de nós.”¹² A mentalidade não seria, então, um mero reflexo de uma problemática cultural, mas o organismo vivo que move a vida social, à partir de suas contradições, frustra ações e vitórias. Até porque são essas diferenças que regulam e equilibram essa vida social. É na observação das diferenças de toda espécie que se diagnostica um organismo social. Logo, são as mudanças que constituem o objeto da investigação histórica.

O estudo da mentalidade longe de impedir esse propósito orienta-o, pois só podemos discernir os fatores de mudança de um dado contexto social se

conhecermos suficientemente bem seus pontos de equilíbrio que não são outra coisa senão os pontos que articulam a mentalidade.

É lícito afirmar que a história das mentalidades procura desvendar o que a história sempre perseguiu: a trajetória do homem em sua inesgotável insatisfação pela criação. “Psicológica, segundo Duby, a história desde seu início pretendeu ser”.¹³ O historiador das mentalidades possui afinidades muito grandes com o psicólogo social. Comportamento, emoções, são elementos fundamentais que os aproximam. Mais do que isso, não pode haver um estudo das reações humanas submetidas à um ambiente social sem que se trace sua configuração mental. O mesmo se dá em sentido oposto, o historiador das mentalidades não pode prescindir do trabalho do psicólogo social, já que sem este não se pode obter a matéria prima de sua história, o homem como ser social.

Mas, o conjunto de valores, símbolos, linguagem, códigos, atitudes, elementos que compõem uma mentalidade, não é facilmente e (ou) uniformemente percebido. O elemento ideológico é o responsável por essas construções históricas diferenciadas. A memória de uma sociedade é apropriada da maneira que melhor convenha ao grupo que exerce o poder nessa sociedade.

“As mentalidades mantêm com as estruturas sociais relações complexas, porém não desligadas delas. Existe, para cada sociedade, para cada época que a história distingue na sua evolução, uma mentalidade dominante ou várias mentalidades? (...) A coexistência de várias mentalidades em uma mesma época e num mesmo espírito é um dos dados delicados, porém essenciais da história das mentalidades.”¹⁴ Este problema nos remete sem rodeios a questão de ideologia.

O estudo sistemático das ideologias¹⁵ tem seu marco inicial na Idade Moderna. A teoria do engano do clero assim como a doutrina dos ídolos de Bacon, representam somente um primeiro passo na solução do problema da ideologia.

Em Freud a teoria da racionalização permite que seja observada uma relação estreita com o problema da ideologia.

Mas, é com Marx que o conceito e o emprego da ideologia adquire enorme significado. O conceito de ideologia de Marx possui três raízes: a crítica a filosofia do Estado de Hegel, a antropologia de Feuerbach e a economia clássica de Ricardo e Smith. Os elementos conceituais, objetos dessa crítica são: o ensaio empreendido por Hegel no esforço de superar a antítese entre razão e realidade no elemento do conceito filosófico; a redução feuerbachiana do mundo das representações religiosas, a essência do homem, à qual para Marx não existe como algo abstrato, isolado dos processos sociais; e, a teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos, que concebia as formas econômicas do capitalismo como formas naturais da produção humana.

Somente na década de 1920 a problemática das ideologias converte-se no substrato de uma disciplina acadêmica. Trata-se da sociologia alemã do conhecimento. Max Scheler foi seu inspirador, propondo criar uma doutrina de fundamentos metafísicos acerca das condições sociais que presidem o nascimento e a difusão de cosmovisões e teorias.

Todavia, a história pouco interesse exibiu a respeito da problemática ideológica. Exceção feita aos historiadores marxistas que, por uma questão doutrinária, incorporaram o elemento ideológico à análise histórica, a tradição historiográfica ocidental tem procurado descartá-la. Deve-se, portanto, aos historiadores das mentalidades a recuperação dessa categoria tão disseminada no vasto campo dos estudos sociais.

Na realidade, se admitirmos que toda ideologia é uma representação do real, a mentalidade é o conduto através do qual essas ideologias operam, consagram e veiculam esse real. Neste caso, o estudo da mentalidade é o pré-requisito para que se possa entender as manifestações ideológicas. Até porque possuindo as ideologias o poder de legitimar essas imagens da realidade, cumpre que se investigue o meio social sobre o qual essas ideologias se organizam.

Desse modo, que função social está reservada ao historiador diante desse desafio?

De que forma interpretar um objeto cada vez mais complexo e difuso se ele enquanto historiador está envolvido pelo fator ideológico que independe dele e de sua formação profissional?

Submetido ao seu universo do qual não pode se desvincular, sua obra é o resultado desse impasse. É um exercício de superação, do qual nem sempre se dá conta.

Essa situação não constitui um dilema. Também não se trata de uma questão imprópria ao historiador como se pretende no âmbito de uma história que encerra o historiador aos métodos “científicos”, retirando-lhe a condição de intérprete da história. A objetividade do historiador é falsa porque não se pode erigir sentenças absolutamente verdadeiras que varam as gerações, os séculos e o tempo. De resto, o método não é tudo. “A questão do método não é uma questão técnica mas uma questão teórica. Assim colocado, o problema da objetividade é, rigorosamente falando, um falso problema.”¹⁶

O historiador deve ter a dimensão do tempo histórico. E este é aqui entendido como a forma assumida no discurso pela totalidade das práticas sociais historicamente representadas. É nele que tais práticas assumem um conteúdo histórico, para poder ajustar os fatos que desfilam, à primeira vista, inexplicavelmente. E da maneira como percebe o tempo histórico em questão, os acontecimentos à ele pertinentes adquirem maior ou menor magnitude e, se expressarão conforme a percepção que o historiador terá diante desse mesmo tempo sobre o qual debruça todo o seu poder de observador e de intérprete. Só dessa maneira, o fato histórico passa a existir. Não é o historiador que cria o fato mas é ele que confere o seu estatuto histórico. E isso se verifica não através da simples constatação da existência do fato, mas em sua capacidade de, reproduzindo-o, dotá-lo de vida própria, de sorte que esse fenômeno se imponha ao longo do discurso histórico.

“O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. Sem esses fatos, o historiador é privado das suas raízes e torna-se estéril; sem o seu historiador, os fatos são privados de seu significado e tornam-se uma coisa morta. . .”¹⁷ A subjetividade estará presente, nesse caso, não na forma apresentada do discurso histórico, mas na sensibilidade do historiador que destacou-o do conjunto anônimo transformando-o em fator decisivo do processo

em curso. “Assim, quando tomarmos uma obra histórica, não nos devemos preocupar em primeiro lugar com os fatos que contém, mas com o historiador que a escreveu.”¹⁸ A subjetividade está, por conseguinte, na livre escolha do instrumental teórico que, sabiamente acionado face ao fato objetivo, permitirá que se aflore uma interpretação crítica e lógica. Quanto maior a coerência da teoria, maior e mais penetrante será a interpretação do historiador, sua crítica histórica mais profundidade alcançará e maior logicidade se revelará no trabalho histórico.

Assim, o historiador das mentalidades ao absorver a problemática social, não apenas amplia os horizontes da investigação histórica como refaz a noção de fato histórico. O fato histórico passa a ser o próprio universo cultural que circunda e dá vida ao contexto no qual se investiga determinados fenômenos. E, como isso, o historiador torna-se intérprete do tempo histórico, fazendo de sua atividade pesquisadora a condição necessária para o cumprimento de sua função social. Surge, dessa maneira, uma nova história social, produto das próprias exigências do momento histórico. “A verdade é que uma nova história social começa, em ligação com uma história econômica renovada e uma sociologia em pleno progresso. É que o objeto desta história, para além do estudo dos grupos sociais e das suas relações, é o estudo das relações entre o econômico, o social e o mental.”¹⁹

O estudo das mentalidades encerra a análise das condições de produção da realidade social. Não se pode explicar o político, o econômico, o social, o cultural, ou qualquer nível mais específico, sem se compreender como tais níveis puderam se manifestar e em que ritmo se desenvolveram.

Ao fator ideológico cabe a função de preservar um sentido, o de reproduzir no discurso histórico os interesses institucionais de modo a garantir essas mesmas super-estruturas. A ideologia não está, desse modo, desvinculada da mentalidade, porque a maneira de construir um arsenal de valores e difundí-los à sociedade é o que dá lugar a ideologia, ou seja, o universo que se constrói constituído por um conjunto de fenômenos materiais e espirituais é que forma a mentalidade. No seu interior, são apropriados determinados elementos que ao serem manipulados pelas forças institucionais criam os valores legais. Os demais são relegados a uma condição marginal. O não reconhecimento desses últimos provoca uma dissensão entre os que controlam os critérios de valorização e os que não dispoem desses instrumentos de julgamento, resistem a marginalização do sistema, desenvolvendo discursos cujos objetos passam a ter novas significações. Ao historiador compete trabalhar uns e outros.

Sendo o universo a própria história e existindo em torno dessa história maneiras diferentes de entendê-la, é crível falar-se em **mentalidades**. O ideológico garante a mentalidade institucionada, aquela que cumpre a finalidade de retratar a sociedade como desejam os grupos dominantes. A mentalidade não dominante coexiste, ainda que por vezes precariamente, assegurando a coesão dos grupos submetidos. A história é por estes encarada como o dever glorioso das transformações sociais. Ao passo que vista institucionalmente ela se transforma num exercício cuidadoso, cercada dos rituais que objetivam a consagração do que existe. É apologetica e parcial, pois privilegia e garante um tipo de

conhecimento que despreza (ideologicamente) o processo, ou seja a possibilidade de mudança.

Como diz Duby, “o maior perigo que ameaça o historiador, é evidentemente o de não conseguir despojar-se suficientemente de suas próprias atitudes mentais, e de sua própria ideologia para abordar períodos onde as ideologias, as atitudes mentais e o comportamento social eram inteiramente diferentes.”²⁰

Em suma, a história das mentalidades busca compreender o processo histórico real. Logo, não se pode conceber uma história *tout court* sem o conhecimento das estruturas de base econômicas, políticas e sociais. E é através dessas estruturas que se pode explicar a natureza das ideologias e todo o conjunto do mental coletivo.

Admitindo a mentalidade como a própria essência de uma sociedade, responsável como tal pelos elementos de permanência que personificam essas sociedades, pode-se dizer que ao historiador das mentalidades cumpre: buscar nas tradições sociais de uma comunidade constituída historicamente as condições e os mecanismos de sua reprodução social, ou seja, como suas crenças, costumes e conhecimentos adquiridos são perpetuados, e que uso as ideologias dominantes fazem deles. Este último aspecto adquire fundamental importância por sabermos que a tradição de cada sociedade propõe uma explicação do mundo a seus membros. O papel cumprido pela moral, por exemplo, é de extrema valia, pois ela torna inquestionável, como sua própria razão de ser, as práticas legitimadas institucionalmente.

O que é, então, desprezível pela historiografia oficial deve merecer um tratamento prioritário pela história das mentalidades.

1. Arent, H. – *Entre o Passado e o Presente*; Perspectiva, S. Paulo, 1972, p. 78
2. Veyne, Paul – *Como se Escreve a História*; Madrid; Fragua; 1972, p. 20.
3. Marx, Karl – citado por Védrine, H. in *As Filosofias da História, decadência ou crise?*, Zahar, Rio, 1977, p. 44.
4. Gramsci, Antonio – citado por Védrine, op. cit., p. 61
5. *Ver A História Problemas, Fontes e Métodos*, Cosmos, Lisboa, 1967
6. Os três maiores teóricos dessa corrente na França são Lucien Febvre, Georges Duby e Robert Mandrou. Sobre o primeiro ver Lucien Febvre, nosso contemporâneo, trabalho que fizemos e publicado in *Convergência*, ano I, nº 1, pp. 151/158. O pensamento de Febvre, contudo, está por ele mesmo sistematizado em *Combates por la História*, Ariel, Barcelona, 1970, 1ª edição. G. Duby tem magnífico trabalho sobre História das mentalidades in *L'Histoire et Ses Méthodes*, direção de Charles Samaran, publicado pela *Encyclopédie de la Pléiade*, Paris, 1967, pp. 937/966. No que se refere a R. Mandrou, recomenda-se a leitura de seu trabalho com Duby, *Histoire de la Civilisation Française*, cujo exemplo desse método de investigação das mentalidades não poderia ser melhor demonstrado.
7. Labrousse, E. – citado por Jacques Le Goff in *As Mentalidades, uma história ambígua, extraído de História, novos objetos*, Liv. Francisco Alves, Rio, p. 69
8. Levi-Strauss – citado por Le Goff, op. cit.
9. Febvre, L. – *Combates por la História*, Ariel, Barcelona, 1971.
10. Sobre a noção de tempo histórico, ver *As Culturas e o Tempo*, Vozes, Rio/Petrópolis e Ed. da USP, S. Paulo, 1975
11. Labrousse, E. – citado por Le Goff, op. cit. p. 69

12. Veyne, Paul – *Como se Escribe la Historia-Ensayo de Epistemologia*, Fragua, Madrid, 1972, p. 48
13. Duby, Georges – **Histoire des Mentalités**, in op. cit. p. 937
14. Le Goff – op. cit. p. 77
15. *Ver El Concepto de Ideologia*, Lenk, K., Amorrortu, Buenos Aires, 1971
16. Mairet, G. – *Le Discours et l'historique*, Maison Mame, Paris, 1974, p. 59
17. Carr, E. H. – *What is History*, Londres, Mac Millan, 1962, p. 24
18. Id. Ibid., op. cit. pp. 16/17
19. Labrousse, Ernest – in *A História Problemas, Fontes e Métodos*, Lisboa, Cosmos, 1967, p. 21
20. Duby, Georges – *Histoire Social et Histoire des Mentalités*, entretien in *Nouvelle Critique*, Paris, nº 34, maio, 1970, p. 13.